

CG 24.0587 3.13

Cartório usa seu poderio

Estatização dos cartórios, extinção da Justiça Militar e do Supremo Tribunal Federal, transformação dos juizes classistas em conselheiros sem direito a voto e criação da Justiça Agrária de 1ª instância. Estes eram os principais pontos do projeto Plínio de Arruda Sampaio que a Subcomissão do Poder Judiciário tendia a rejeitar ontem à noite. O grupo permanecia reunido, discutindo os 100 pedidos de destaque até o horário de fechamento desta edição.

Sob forte pressão dos donos de cartórios e dos representantes classistas na Justiça do Trabalho, a subcomissão debateu o projeto de deputado petista durante todo o dia de ontem. No princípio da noite, o próprio relator admitia que a Justiça Militar deveria ser mantida, "mas apenas para o julgamento de militares por prática de crime militar".

A estatização dos cartórios também era, àquela altura, uma idéia praticamente sepultada. Além de terem patrocinado a eleição de grande numero de parlamentares, os titulares desses órgãos tinham até dois representantes diretos na Subcomissão: o senador Leopoldo Perez (que prometeu abster-se na votação do assunto) e o deputado Adolpho de Oliveira. O peemedebista Márcio Braga, que não integra o órgão mas também é dono de cartório, apareceu diversas vezes durante os debates.

Em compensação, pelo menos na expectativa do relator, estava praticamente garantida a aprovação do dispositivo que elimina o julgamento das greves. Por ele, a Justiça do Trabalho pode atuar sobre os dissídios coletivos apenas como árbitro, e ainda assim se requerida pelas partes.